

Luiz Alexandre Solano Rossi

Jesus vai ao McDonald's

Teologia e sociedade de consumo

AMOSTRA



ALTA BOOKS
GRUPO EDITORIAL

SUMÁRIO

Apresentação	7
Introdução	9
1. O Império contra-ataca: Jó e a origem do sofrimento do pobre	17
2. Teologia e antiteologia no livro de Jó	43
2.1 A teologia de um Deus comerciante	59
2.2 Teologia como linha de produção: pensar é proibido	62
2.3 Teologia como defesa de privilégios	66
2.4 A surdez da teologia	69
2.5 Teologia em defesa da vida	73
3. Da Teologia da Prosperidade à <i>mcdonaldização</i> da teologia	85
3.1 A gênese da teologia da prosperidade	101
3.2 Pentecostalismo em terras brasileiras	105
3.3 A <i>mcdonaldização</i> da teologia	111

4. Nem só de vitória viverá o ser humano	127
4.1 À procura do lugar social de Deus	134
4.2 Religião e mercado	146
4.3 Jesus vai ao McDonald's: exclusão no mercado global	151
4.4 Teologia do desejo e para o consumo	159

Conclusão 171

Referências 177

AMOSTRA

APRESENTAÇÃO

Este instigante trabalho é muito mais substancial do que seu atrativo título pode sugerir. O verdadeiro assunto do livro é o impacto do consumismo na igreja e na teologia. Esse tema já foi desenvolvido por outros, mas Luiz Alexandre Solano Rossi conseguiu realizar uma abordagem inovadora, em três partes. Na primeira, ele trata a luta de Jó contra a “teologia da retribuição” como o protótipo da atual “teologia da prosperidade”. Na segunda, mostra, em consideráveis detalhes, como a teologia da retribuição guiou o rápido crescimento do pentecostalismo em seu país, o Brasil. Já na terceira, mostra como as premissas utilizadas pela indústria do *fast food* tanto se assemelham à teologia atual, que tem capitulado à fascinação e aos perigos do consumismo.

Desde a obra *Falar de Deus a partir do sofrimento do inocente*, de Gustavo Gutierrez, não foi feita uma leitura tão influenciadora sobre o livro de Jó, como um espelho literário das opressivas condições políticas e socioeconômicas da época. O autor retrata o livro de Jó de maneira convincente, como um protesto contra os efeitos opressivos do governo persa na Judá pós-exílica, os quais ele vê como o estímulo para a teologia da retribuição, tão ferozmente atacada por Jó.

A descrição do pentecostalismo brasileiro vai além da afirmação frequente de que as pessoas são arrastadas por sua espontaneidade espiritual, fixando-se na promessa do pentecostalismo de que aqueles que creem podem esperar alcançar recompensa e prosperidade econômica. Finalmente, a “McDonaldização da sociedade” torna-se

uma lúcida metáfora para mostrar como a teologia tem se tornado escorregadia, superficial e decididamente não saudável. Essa invasão da igreja e da teologia pelo estímulo do capitalismo para o consumo é iluminada sobre a rubrica dos conceitos de eficiência, calculabilidade, previsibilidade e controle.

A publicação do livro de Luiz Alexandre Solano Rossi é uma clara demonstração de que a teologia da libertação latino-americana continua a produzir uma sólida exegese bíblica, uma crítica social cortante e uma fascinante reflexão teológica que enriquecem a igreja mundial.

Norman K. Gottwald

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea vive sob um intenso fluxo de ambição por “mais”: mais renda, mais bens, mais sucesso, mais bens de consumo, e tudo isso sem limites. Um fenômeno pode ser chamado de consumismo ou ainda de sociedade de consumo. Uma sociedade de consumo é melhor descrita como aquela em que a posse e o uso de um crescente número e variedade de produtos e serviços são a principal aspiração e certamente o caminho mais almejado para se obter felicidade, *status* social e sucesso pessoal. Trata-se de um fenômeno cultural que de algum modo atinge e move um grande número de pessoas. A consequência do consumismo é que o desejo pelo crescimento se torna obsessivo e idólatra; a escala exagerada é usada para obter vantagens em detrimento das demais pessoas por meios cheios de ganância, exploração e injustiça. Desejos, que são infinitos, encontram sua fronteira bem demarcada em milhões de pessoas que vivem a partir de um consumo finito. É entre o infinito e o finito, uma série de patologias emergem.

Se olharmos a humanidade com atenção, veremos que ela está enfrentando uma de suas maiores crises, ou seja, o aumento da polarização entre ricos e pobres. Os dados econômicos que são publicados quase diariamente são apresentados como verdadeiros escândalos éticos que deveriam os leitores. Afinal, visto que não são todos que podem ter “mais”, a maioria é condenada a ter e sobreviver com “menos”. A oportunidade de comprar e assim ter acesso ao restrito círculo daqueles que possuem “mais” não está disponível para todos. Nesse sentido, a

zona de exclusão é muito bem construída e delimitada. Comprar, nesse caso, seria o único caminho para a salvação. Mas devemos observar que o impacto dessa patologia não é restrito ao indivíduo, mas extensivo à sociedade inteira. Diante da situação enfrentada pela maioria, os relativamente ricos agradecem a Deus nos mais diversos altares pela vantagem “adquirida” de ser rico, como se isso fosse um reflexo da bênção de Deus para eles. Na verdade, são as estruturas econômicas que recompensam o rico e mantêm o pobre na miséria. E a miséria que desumaniza e agride a dignidade humana é uma manifestação de um sistema, e não de um mal pessoal.

Utilizo neste livro a experiência de Jó como uma referência para mostrar como a teologia (ou um tipo de teologia) pode ser relacionada facilmente a essa prática da recompensa. Uma teologia que é costumadamente denominada de teologia da retribuição. Para a teologia da retribuição, Deus concede a riqueza para alguns e a pobreza para todos os outros. A partir dessa premissa, os ricos são e continuarão ricos porque são justos, enquanto que os pobres são pobres e possivelmente continuarão assim porque não confiam na justiça de Deus, ou ainda pior, porque são pecadores. Jó, através de seus discursos, que também poderíamos considerar como contra-discursos, procura dar uma resposta às questões fundamentais presentes no texto bíblico considerando esse tipo de teologia. A experiência de Jó proclama desde o seu início que não há relação alguma entre pecado e sofrimento e entre virtude e recompensa.

No ambiente eclesiástico de cores pós-modernas atual, uma das possíveis expressões da teologia da retribuição é a denominada “teologia da prosperidade”. Uma teologia que declara de forma absoluta que o plano de Deus para a vida do ser humano é fazê-lo feliz, abençoado, saudável, próspero, ou melhor, uma pessoa de sucesso. A complexidade dessa teologia reside no fato de afirmar que a razão de uma pessoa não possuir sucesso financeiro, viver tomado de doenças e infeliz, é que falta a ela fé; ou não cumpre o que a Bíblia diz para receber as promessas divinas.

Trata-se de uma lógica difícil de ser quebrada porque frequentemente pensamos a partir da lógica dos vencedores. A partir dessa

lógica, o cotidiano de cada cristão deveria ser integralmente marcado por palavras tais como: riqueza, saúde, poder, sucesso – palavras que descreveriam a vitória sobre todas as forças do mal. Todas essas palavras ganham um forte e colorido brilho teológico ao indicar que muitas vezes testemunhamos uma teologia sendo construída a partir dos vitoriosos, daqueles que impõem sua lógica de poder em uma sociedade de consumo. É possível afirmar que a teologia da prosperidade mostra que a teologia não é imune ao vírus do consumo na medida em que nos estimula constantemente a procurar por sinais da presença de Deus em nossa receita financeira, em nossos grandes templos, em nossos relacionamentos com pessoas de prestígio, em nossas estatísticas e em nossa aparência externa de riqueza.

Essa teologia produz exclusão e ajuda a construir a visão de um mundo dividido entre vencedores e perdedores. Enquanto os “vencedores” são capazes de acessar o Mercado Mundial e usufruir de seus benefícios podem juntar-se a essa crescente e interligada elite global, os “perdedores” lutam com dificuldade às margens da sociedade — escravizados pela injustiça econômica mundial, sofrem e morrem antes do tempo.

Diante desse cenário, apresento neste livro um contra-discurso ao discurso da teologia da prosperidade. Como a teologia poderia afirmar a soberania da vitória numa sociedade de pessoas derrotadas? Como podemos dizer que Jesus Cristo é o Senhor sobre toda a vida e, ao mesmo tempo, criar uma teologia que nega a promessa de vida plena para todas as pessoas? A teologia não deveria estimular uma religiosidade de vitoriosos porque ela seria, desde o início, uma religiosidade excludente. Uma teologia que proclama a prosperidade e a vitória como sinais da presença de Deus em uma sociedade marcada acentuadamente pela pobreza e sofrimento não possui nenhuma relevância como discurso teológico para as igrejas, assim como nenhuma relevância na sociedade.

A teologia saudável que vem da maioria dos textos bíblicos, entretanto, é apresentada como um testemunho evangélico e, portanto, um testemunho da vida, para a vida e a favor da vida. Não podemos separar a teologia da vida, sob o profundo risco de condená-la a ser

uma antiteologia. Sem essa percepção, um discurso teológico não seria nada mais do que uma experiência visionária; e, sem essa sensibilidade, um teólogo não seria outra coisa senão um charlatão visionário e, conseqüentemente, sua teologia expressão da mais pura ilusão.

Devemos pensar a teologia como uma voz para os sem voz. Não podemos negar ao pobre seu direito a um discurso teológico que o defenda e que o inclua na construção de uma nova sociedade. É urgentemente necessário olhar para a história da humanidade como um ponto de partida para uma reflexão teológica que proteja o direito dos pobres de sobreviver em uma sociedade que os exclui, criando periferias.

Uma das tarefas mais urgentes da teologia e, conseqüentemente, do teólogo, é a de desmascarar a relação incestuosa entre o capital e o lucro. A justiça econômica global é essencial para a integridade da fé e para a construção de teologias saudáveis em uma sociedade marcada pelo sofrimento dos pobres. Nenhum sistema econômico que produz injustiça e desonestidade pode ser abençoado ou legitimado em nome de Deus. Riqueza e sucesso não são uma expressão da bênção divina como muitos supostamente alegam. Ao contrário, elas podem ser entendidas como uma marca essencial de um “predador social” (termo extraído de Herzog, 2000).

As palavras de Jesus em Mateus 6,24, “Você não pode servir a Deus e a Mamom”, talvez sejam mais importantes em nossos dias do que no tempo em que foram proferidas. Isso porque nosso sistema econômico global está focalizado primariamente sobre o dinheiro e a ideologia que está por trás dele dá prioridade à acumulação de riqueza. Chamo a atenção para o fato de que um dos documentos da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas (Gana, 2004), cujo título é “*Covenanting for Justice in the Economy and the Earth*”, registra um claro desafio para que as igrejas pensem a respeito da opressão do sistema econômico global.

Dizer não a uma igreja “mamonita” é dever de uma teologia bíblica saudável. Afinal, uma igreja que surge a partir de uma teologia saudável se apresenta como uma igreja não conformista e uma comunidade profética. Faz sentido dizer que Deus chama seu povo para ser sinal de paz, vanguarda na comunidade de Deus, uma comunidade de mudanças

culturais. Ao povo de Deus é dada a responsabilidade de transmitir e sustentar essa visão e aumentar sua compreensão.

A teologia que está em meu coração e que tento descrever nas páginas deste livro é uma teologia que luta e ensina outros a lutar e defender a vida das vítimas, por seu direito a uma vida plena. É uma teologia que produz um sentido que deveria ser encontrado e vivido mesmo quando não há nenhuma garantia de vitória. Provavelmente necessitamos parar de justificar nossos privilégios e começar a descobrir, desmascarar e denunciar os mecanismos de opressão que tornam e mantêm o povo pobre. Necessitamos, também, examinar nossas teologias e perguntar se o Cristo anunciado é apresentado como o libertador dos oprimidos ou como o campeão de um *status quo* injusto, ou ainda se nosso Evangelho significa boas novas para os pobres ou tão somente uma racionalização para os ricos que fomentam a nova ordem mundial. Finalmente, devemos procurar mostrar que a teologia deve ter uma função profética e servir como uma crítica da ideologia do consumo.

O livro está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo é uma tentativa de reconstruir, tanto quanto possível, o contexto histórico dos textos bíblicos que descrevem a experiência de Jó, isto é, o contexto do Império Persa. Trata-se de uma situação impressionante na qual um caso individual se torna um caso típico e reflete a desigualdade de uma comunidade que se debate em condições históricas que parecem duvidar da justiça de Deus. Assim, é importante e necessário tentar reconstruir, o máximo possível, o ambiente socioeconômico em que o livro de Jó foi escrito, como também o ambiente teológico dos vários discursos presentes no livro.

Nesse sentido, Jó se dirige a Deus e descreve a condição humana por meio de seu exemplo. Por causa disso, não deveríamos ver Jó como um indivíduo ou uma pessoa isolada; não deveríamos olhá-lo como uma exceção. Ao contrário, ele é o porta-voz de uma história e de uma sociedade que estão repletas de contradições. Seu clamor não é um grito de uma só pessoa, mas o primeiro clamor de uma série – incluindo nossos próprios clamores – que, ao longo da história, têm se juntado como um modo de expressar que a dor, mesmo que intensa, pode ser vencida com a solidariedade. O clamor sofrido e dolorido de Jó é uma

clara advertência para que voltemos nossos olhos para a experiência dele se quisermos verdadeiramente encontrar tanto Deus quanto um discurso teológico que seja relevante para os nossos dias.

No segundo capítulo, procurei conversar com dois tipos completamente diferentes de teologia, ainda que em muitos momentos possamos pensar que elas sejam iguais. Reúno os discursos dos quatro amigos de Jó no que chamo de “discurso teológico oficial”, ou seja, um tipo de discurso teológico que torna impossível qualquer tipo de reflexão autônoma e que tenta manter a ordem social existente. De um modo completamente diferente, os discursos teológicos de Jó são criados ou elaborados a partir da periferia daqueles que sofrem economicamente e teologicamente. Percebam que anoto duas teologias completamente diferentes no interior do mesmo texto bíblico. Qual seria a teologia e qual a antiteologia? Qual seria o critério fundamental para separar a teologia-trigo da teologia-joio? Temos aqui uma questão de vital importância a ser discutida. Afinal, tanto os discursos de Jó quanto os discursos de seus amigos se encontram nas Sagradas Escrituras. Minha hipótese é a de que sempre é necessário investigar não somente quais os grupos que estão por trás dos discursos, mas, também, quais são seus objetivos manifestos.

A história revelada a partir da experiência de Jó é presumivelmente endereçada às pessoas proprietárias de terras e de rebanhos, mas que haviam perdido suas posses tanto por razões internas quanto externas. É importante observar que as razões internas e externas são instrumentos eficazes de desumanização. Podemos até mesmo afirmar que elas foram os instrumentos mais penetrantes na pele do povo. É diante desse cenário alienante que nasce a teologia oficial. Ela nasce do desejo de ensinar os camponeses, por meio do discurso religioso, a ter paciência – a paciência de Jó – a aceitar tudo e, principalmente, permanecer calados. O emudecimento das pessoas, nesse tipo de teologia, se afasta completamente de uma consciência crítica. Assim, o cenário que vemos é profundamente acinzentado. Uma crise agrária foi instalada e a própria agricultura começou a se voltar para o mercado internacional e não mais para a subsistência dos camponeses, ou seja, os camponeses deixam de plantar para a própria subsistência e

passam a plantar para o comércio. Camponeses que viviam diante de uma dupla tributação: um tributo cobrado pelo Império Persa e um segundo tributo cobrado pelo Templo de Jerusalém.

O terceiro capítulo nos coloca diante do discurso da teologia da prosperidade. Afirmo que a teologia da prosperidade é fruto próprio de uma sociedade de consumo. Nela, o consumo é uma evidência indubitável da presença de Deus na vida do fiel. Nesse sentido, tento demonstrar a partir do conceito de Mcdonaldização, que a teologia sofre um processo de reformulação a partir de quatro dimensões: *eficiência, calculabilidade, previsibilidade e controle*. A partir desse processo de reformulação, ela deixa de ser uma teologia inclusiva que defende a vida para se tornar um simulacro de teologia, que ajuda a construir muros que inevitavelmente removem o pobre de um mundo justo, construindo, assim, as periferias globais e globalizadas. Como resultado, o ser humano moderno se torna fruto de divisões e um alvo controlado daqueles que exercem o poder, desenvolvendo uma personalidade individualista e materialista, sem a mínima consciência da realidade que o circunda. Quando a teologia da prosperidade estimula o fiel a consumir, ela está reforçando nele o caráter de consumista, em vez de transformá-lo em uma pessoa mais consciente e solidária. Consequentemente, as práticas comunitárias são substituídas pelo bem-estar individual.

No quarto e último capítulo, procurei refletir sobre o lugar social de Deus e mostrar como os conceitos de vitória e sucesso são inúteis para elaborar qualquer espécie de teologia. Quando a teologia da prosperidade coloca a si mesma sob o mesmo guarda-chuva em que o capital e o lucro são protegidos, ela se transforma numa teologia do desejo, que estimula o consumo como o principal critério para definir o que é o ser humano. Nesse sentido, a teologia deixa de ser compreendida como um instrumento que leva o indivíduo a atingir a sua realização. Ao contrário, ela é transformada num instrumento por meio do qual o indivíduo entra no mercado de consumo, sente-se realizado e finalmente adquire seu certificado de ser humano. A teologia passa a ser vista como o combustível que alimenta o fogo ilimitado do desejo. Neste tipo de teologia, a voz de Deus é a voz do consumo.

CAPÍTULO 1

O Império contra-ataca: Jó e a origem do sofrimento do pobre

Jó é um representante legítimo de todos os seres humanos e, nesse sentido, prefiro enxergá-lo como uma personificação literária. As condições históricas em que ele vivia, e que pareciam colocar em xeque a Justiça de Deus, fazem com que aquela situação transforme a experiência individual dele num caso típico. Desse modo, na medida do possível, é importante e necessário reconstruir o ambiente no qual os vários discursos do livro de Jó foram escritos, observando não somente o aspecto socioeconômico desse ambiente, mas também o aspecto teológico, no qual Jó descreve a condição do ser humano que sofre.

Por isso, não devemos ver Jó como uma exceção, mas um porta-voz entre tantas outras vítimas de uma sociedade esmagadoramente desi-

gual. Seus gritos não são os únicos, nem os primeiros. Eles se juntam aos gritos de tantos que têm sofrido ao longo da história. A dor de Jó, assim como a nossa, pode ser curada com a solidariedade. Seu grito e o verdadeiro significado de sua experiência devem nos servir de alerta se queremos verdadeiramente um encontro com Deus, e se de fato estamos em busca de uma teologia que seja relevante para mudar o cenário de injustiça e desigualdade social que ainda permanece em nossos dias.

O autor do livro de Jó criou, deliberadamente, um personagem que não é israelita, que não vive em Israel, que raramente se refere a Deus como *Iahweh* e que não faz alusões à história da aliança de Israel com Deus. Ele representa todos os seres humanos; seu sofrimento inocente é um desafio às ideias retributivas da justiça de Deus, especialmente favorecidas nas meditações exílicas e pós-exílicas sobre a catástrofe de 586 a.C. É possível estimar a data deste livro entre os anos 450 e 350 a.C. do período pós-exílico, durante a dominação do Império Persa.

Os persas eram um povo indo-europeu que tinham se estabelecido em Parsa por volta do século VI a.C., nas terras montanhosas a oeste do Golfo Pérsico, ao norte da costa. Naquela época, os persas eram vassalos dos Medos, outro grupo indo-europeu que ocupava a planície iraniana do norte das Montanhas de Zagros e estabeleceram sua capital em Ecbátana. Em 550 a.C., Ciro (que começou sua carreira em 560-559 a.C.) se rebelou contra seu soberano, o idoso rei guerreiro medo Astiáge. A revolta bem-sucedida de Ciro ganhou para ele os territórios dos medos e deu-lhe uma substancial reserva de soldados para seu exército. O próximo alvo de Ciro foi o reino da Lídia de Croesus, um aliado da Babilônia. No inverno do ano 546 a.C. Ciro destruiu completamente a soberania de Lídia após um ataque surpresa em Sardes.

Com uma combinação de combate árduo, calma calculada e propaganda, Ciro conquistou e incorporou ao seu reino as cidades gregas da costa jônica na Ásia Menor. A atenção de Ciro se voltou brevemente para o Oriente à sua frente, mas logo destinou sua força militar para o principal poder ainda não conquistado em seu caminho: a Babilônia e seu rei. Como vizinhos dos Medos e aliados formais de Croesus, os babilônicos (e sua população judaíta) certamente tinham conhecimento do implacável acúmulo de território de Ciro. A conquista da Babilônia

pelos persas em 539 a.C. não foi uma vitória tão rápida e fácil como sugerem algumas fontes, mas a capital Babilônia foi tomada sem grandes problemas. O sucesso de Ciro é creditado ao seu discernimento militar, ostensivo suborno e uma campanha publicitária enérgica realizada em toda a Babilônia, que o retratava como um soberano calmo e religiosamente tolerante.

Com o reinado de Dario (522-485 a.C.), uma nova etapa se inicia para a história persa e judaíta. Com o objetivo de controlar a ordem política e social dos territórios conquistados e depois integrá-los ao seu sistema imperial, Dario embarcou numa série de reformas administrativas.

O Império Persa foi dividido em regiões denominadas satrapias, administradas pelos sátrapas. Essa unidade político-administrativa básica em torno da qual o Império funcionava teve sua origem com o rei medo Quiaxares. Contudo, esse modelo foi aperfeiçoado por Dario I (Tunnermann, 2001, p. 20), dando ao seu vasto império sua organização definitiva. De acordo com Cazelles (1986, p. 218), podia-se contar 31 satrapias no fim do reinado de Dario, mas Heródoto, por volta do ano 450 a. C., conhecia somente 20, cada uma delas com um sátrapa, geralmente um nobre persa ou medo, nomeado pela coroa. Ainda segundo Cazelles (1986), na inscrição de Dario de Behistun encontravam-se enumeradas 23 províncias que se tornariam satrapias. Ele acrescenta que se contavam 24 sobre a estrutura trilingue encontrada em Susa, que teria sido feita no Egito por volta de 495 a. C.

Embora fossem governantes quase autônomos, dos quais dependiam os governadores locais, os sátrapas eram fiscalizados severamente por comandantes militares. Perante o rei, eram diretamente responsáveis por uma complexa burocracia e por um sistema de inspetores itinerantes que, igualmente, prestavam contas ao soberano (Bright, 2004, p. 447). Esses comandantes militares recebiam o título de “olho do rei” e supervisionavam desde o pagamento de tributos até o modo como as rebeliões eram suprimidas. Dentro de suas bem definidas regiões, eles tinham mais poder do que os sátrapas. Ainda que o monarca não estivesse presente, o povo sabia que ele seria informado de suas ações. E, ao fazer isso, também fixavam o valor do tributo que cada região dominada deveria pagar.